

# PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 25.05.2022

Atos Oficiais do PJERJ	
Legislação	Ementa
<b><u>Ato Normativo Conjunto TJ/ CGJ nº 11/ 2022</u></b>	Disciplina a expansão da Implantação, na competência criminal, do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.
<b><u>Ato Normativo TJ nº 28/2020</u></b>	Dispõe sobre a adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Juízo 100% Digital, conforme Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.
<b><u>Ato Normativo Conjunto TJ/1ªVP/2ªVP/3ªVP/CGJ nº 37/2020</u></b>	Altera os parágrafos 5º e 6º do art. 2º do Ato Normativo Conjunto nº 12/2013 e dá outras providências.
<b><u>Ato Normativo Conjunto nº 12, de maio de 2013</u></b>	Estabelece normas, orientações e procedimentos para o peticionamento eletrônico inicial e intercorrente no 2º grau de Jurisdição e dá outras providências.
<b><u>Resolução OE nº 35/2012</u></b>	Altera a redação do artigo 18 e parágrafo único e do artigo 19 e seus parágrafos da Resolução TJ/OE nº 16, de 30 de novembro de 2009.
<b><u>Resolução OE nº 16/2009</u></b>	Autoriza a implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Ato Normativo TJ nº 30/2009</u></b>	Estabelece normas e orientações para o cadastramento de usuários na forma presencial com vistas ao acesso aos autos e prática de atos em processo eletrônico, conforme disposto no art. 1º, parágrafo 2º, inciso III, alínea 'a' da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

Legislação Federal	
Legislação	Ementa

# PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 25.05.2022

<b><u>Resolução CNJ nº 345 de 09 de outubro de 2020</u></b>	Dispõe sobre o "Juízo 100% Digital" e dá outras providências.
<b><u>Resolução CNJ n.º 185, de 18 de dezembro de 2013</u></b>	instituiu o Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento
<b><u>Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006</u></b>	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)